



Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Individuais da Aliança do Brasil Seguros S.A. ("Seguradora"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela SUSEP, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.

A Aliança do Brasil Seguros S.A. ("Seguradora") opera nos segmentos de seguros de danos e rural, exceto automóveis.

Desempenho

Prêmios emitidos

Em 2025, a Seguradora registrou prêmios emitidos de R\$ 1.018 milhões, representando um incremento de 6,44% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

Índice combinado

O índice combinado, que representa a relação entre o total de gastos (sinistros ocorridos, custos de aquisição, despesas administrativas, despesas com tributos sobre faturamento e outras receitas e despesas operacionais) e a receita de prêmios ganhos atingiu 81,4% no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (87,1% no mesmo período do exercício anterior). A evolução representa em grande parte a redução da sinistralidade do portfólio de seguros de danos.

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou R\$ 73,9 milhões, registrando crescimento de 25,8% em relação ao

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Circulante		1.282.304	1.118.096	Circulante		985.697	877.728
Disponível	5	285	313	Contas a pagar		104.911	82.588
Caixa e bancos		285	313	Obrigações a pagar	12	20.888	15.827
Equivalentes de caixa		5	1.502	Impostos e encargos sociais a recolher	13	42.857	37.138
Aplicações	6	541.397	470.133	Encargos trabalhistas		761	801
Créditos das operações com seguros e resseguros		495.618	415.351	Impostos e contribuições	14	40.405	28.822
Prêmios a receber	8	483.180	403.673	Débitos de operações com seguros e resseguros		193.609	179.619
Operações com seguradoras		-	208	Prêmios a restituir		-	3.291
Operações com resseguradoras	9a	12.438	11.470	Operações com seguradoras		7	12
Outros créditos operacionais		5.415	3.472	Operações com resseguradoras	9b	30.178	27.940
Ativos de resseguro e retrocessão	9a	63.614	70.167	Corretores de seguros e resseguros	15	135.795	122.219
Títulos e créditos a receber		9.990	10.405	Outros débitos operacionais	16	27.629	26.157
Títulos e créditos a receber		1.634	1.071	Depósitos de terceiros	17	1.448	992
Créditos tributários e previdenciários	25b	7.683	8.660	Provisões técnicas - seguros	18	685.729	614.529
Outros créditos		673	674	Danos		685.729	614.529
Outros valores e bens		-	-	Passivo não circulante		381.069	324.540
Bens a venda		58	166	Débitos de operações com seguros e resseguros		31.144	27.815
Despesas antecipadas		58	166	Corretores de seguros e resseguros	15	31.002	27.692
Custos de aquisição diferidos	18	164.925	139.500	Outros débitos operacionais	16	142	123
Seguros		164.925	139.500	Provisões técnicas - seguros	18	332.268	280.246
Ativo não circulante		286.485	247.761	Danos		332.268	280.246
Realizável a longo prazo		271.346	233.898	Outros débitos		17.657	16.479
Créditos das operações com seguros e resseguros		124.954	110.187	Provisões judiciais	22a	17.657	16.479
Prêmios a receber	8	124.954	110.187	Patrimônio líquido	23a	202.523	163.502
Ativos de resseguro e retrocessão	9a	31.287	24.110	Capital social		128.856	128.856
Títulos e créditos a receber		38.652	36.699	Reserva de lucros		73.667	34.619
Créditos tributários e previdenciários	25b	10.231	9.995	Ajustes de avaliação patrimonial		-	27
Depósitos judiciais e fiscais	22a	28.421	26.704				
Custos de aquisição diferidos	18	75.853	62.902				
Seguros		75.853	62.902				
Investimento		343	343				
Participações societárias		343	343				
Imobilizado	10	442	577				
Bens móveis		121	256				
Outras imobilizações		301	321				
Intangível	11	14.374	12.943				
Outros intangíveis		14.374	12.943				
Total do ativo		1.569.289	1.365.770	Total do passivo e do patrimônio líquido		1.569.289	1.365.770

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros e Reservas de investimentos	Ajuste com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024		128.856	25.771	121.884	84	-	276.595
Títulos e valores mobiliários	23b	-	-	-	(59)	-	(59)
Provisão de Perda de crédito esperada - ECL	6f	-	-	-	2	-	2
Dividendos Pagos	23b	-	-	(121.884)	-	-	(121.884)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	95.964	95.964
Proposta para distribuição do resultado							
Dividendos propostos	23b	-	-	-	(87.116)	(87.116)	-
Reserva de investimentos	23d	-	-	8.848	(8.848)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		128.856	25.771	8.848	27	163.502	226.904
Títulos e valores mobiliários	23b	-	-	-	(25)	-	(25)
Provisão de Perda de crédito esperada - ECL	6f	-	-	-	(2)	-	(2)
Dividendos pagos	23b	-	-	(8.847)	-	(8.847)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	140.795	140.795
Proposta para distribuição do resultado							
Dividendos pagos antecipadamente	23b	-	-	-	-	(92.900)	(92.900)
Reserva de investimentos	23d	-	-	47.895	(47.895)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		128.856	25.771	47.896	-	202.523	202.523

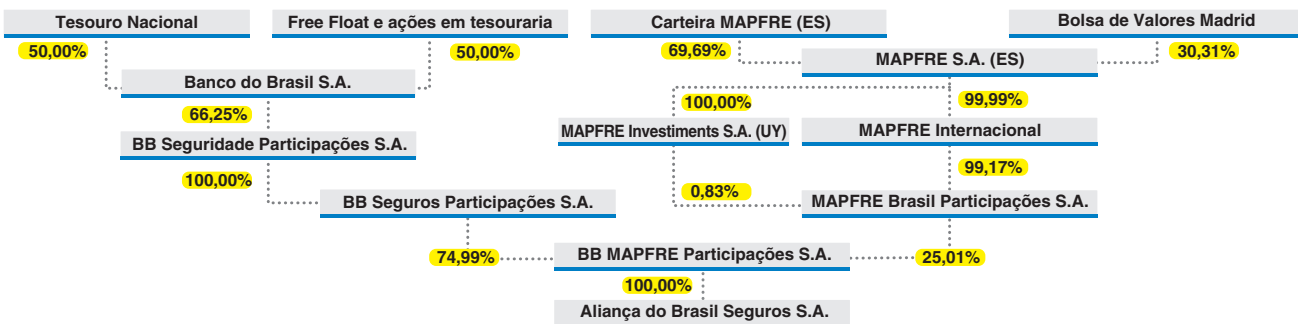
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Aliança do Brasil Seguros S.A. (doravante designada por "Seguradora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todos os ramos de seguros, em âmbito nacional. A Seguradora atua nos segmentos de seguros de pessoas, rurais e habitacional. A sede está localizada na Avenida das Nações Unidas, 14.261, 29º andar, São Paulo (SP), e a Seguradora está registrada no CNPJ sob o nº 01.378.407/0001-10. No desenvolvimento de suas atividades, a Seguradora atua de forma integrada com o Banco do Brasil ("BB") e com empresas a ele relacionadas, mantendo operações com essas empresas, conforme detalhado na nota explicativa nº 26.

Em 31 de dezembro de 2025, a estrutura societária da Seguradora era a seguinte, sendo consolidada pela MAPFRE S.A. (ES):



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações subsequentes, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), as disposições da Lei das Sociedades Anônimas, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 05 de fevereiro de 2026. **b) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil) e foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A moeda funcional da Seguradora é o Real. **c) Continuidade:** A Administração entende que a Seguradora dispõe de recursos suficientes para dar continuidade às suas operações no futuro. Ademais, não há conhecimento de qualquer incerteza material que possa levantar dúvidas significativas quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com os pronunciamentos do CPC, referendados pela SUSEP, requer que a Administração exerça julgamentos, faça estimativas e adote premissas na aplicação das políticas contábeis e na determinação dos valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Revisões de estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas a seguir apresentam: i. informações sobre julgamentos e estimativas adotados que tenham efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, premissas e estimativas que apresentem um risco significativo de resultar ajustes materiais dentro do próximo período contábil. • Nota 3h - Classificação dos contratos de seguro; • Nota 3i, 3m, 18, 19 e 21 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; • Nota 6 - Aplicações; e • Nota 22 - Provisões judiciais. **e) Segregação entre circulante e não circulante:** A Seguradora segregou seus itens patrimoniais entre circulante e não circulante considerando a expectativa de realização em até doze meses e após esse prazo, respectivamente. Os ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, exceto os depósitos judiciais e passivos contingentes que possuem características de longo prazo em virtude da dependência de trâmites judiciais, os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos. **f) Novas normas e interpretações adotadas: Nova Lei do Seguro - Lei nº 15.040/2024:** revoga as disposições sobre seguros do Código Civil, alguns artigos do Decreto Lei nº 73/66 e condensa, em um único texto, todas as regras atinentes ao contrato de seguro, promovendo inovações significativas, especialmente nos contratos, subscrição e sinistro. A nova lei foi publicada em 10/12/2024, com início de vigência em 11/12/2025. Para atender o novo comando legal, a Seguradora efetivou, durante o período de vacância, as seguintes providências: • Realização de palestras e workshops com todo o corpo funcional para apresentação das alterações trazidas pela Lei; • Revisão das condições contratuais dos produtos, incluindo propostas, apólices e certificados; • Adequação dos processos de subscrição, em linha com princípios legais e regulatórios aplicáveis; • Atualização dos procedimentos de sinistro, observando as novas regras e prazos; • Consolidação e revisão dos processos de governança e dos controles internos, com atuação integrada entre áreas técnicas, jurídicas e compliance; • Preparação organizacional e capacitação das equipes, visando aderência ao marco legal em vigor. **OCPC 10 - Créditos de Carbono (TCO2e), Permissões de Emissão (Allowances) e Crédito de Descarbonização (CBI0):** o objetivo desta Orientação trata dos critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e evidencição dos eventos econômicos relacionados à participação ou atuação de entidades em mercados compulsórios ou voluntários de créditos de carbono (CO2e) (comumente chamados de mercados de créditos de carbono), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBI0). Tais eventos econômicos estão comumente ligados à origem, negociação ou aposentadoria desses ativos, bem como situações que possam dar origem a eventuais passivos associados à participação de entidades nesses mercados, decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas. Os requerimentos desta Orientação foram elaborados tomando como base a dinâmica, estrutura e funcionamento do mercado de créditos de carbono (TCO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBI0). Contudo, conforme previsto no item 11(a) do CPC 23, tais requerimentos devem ser considerados em consulta com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis e outros tipos de créditos ambientais, que sejam em mercado voluntário ou compulsório (quando instituído), desde que a substância econômica dos eventos relacionados seja similar aos aqui descritos. Além da orientação da OCPC 10, temos, ainda, o art. 56, da Lei nº 15.042/2024, que determina às empresas seguradoras o investimento de, no mínimo, 0,5% de suas reservas técnicas em créditos de carbono, foi objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela CNSeg (ADI 7795), tendo iniciado o julgamento virtual em 19 de dezembro de 2025, com previsão de encerramento em 06 de fevereiro de 2026. Portanto, a Seguradora em 2025, não fez nenhum investimento relacionado à créditos de carbono. **g) Novas normas e interpretações ainda não adotadas: (i) Divulgação de sustentabilidade emitidas pelo IASB - IFRS 1 e IFRS 52:** em 26 de junho de 2023, o *International Sustainability Standards Board* (ISSB) emitiu os pronunciamentos IFRS 1 - Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e IFRS 52 - Divulgações relacionadas ao clima, reconhecidos no Brasil pelo Conselho Federal de

Contabilidade (CFC) por meio da Resolução CFC nº 1.710/2023. Esses pronunciamentos estabeleceram requisitos para a divulgação de informações relacionadas a riscos e oportunidades significativos de sustentabilidade e clima, com potencial impacto nas demonstrações financeiras das entidades. A Administração encontra-se em processo de avaliação, de forma estruturada e transversal, dos impactos potenciais da futura adoção dos padrões IFRS 1 e 52 sobre as práticas de governança, gestão de riscos e divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade e às mudanças climáticas. **(ii) Reforma tributária - Emenda Constitucional nº 132/2023:** instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, prevendo a substituição gradativa dos tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), com implementação gradual a partir de 2026, condicionada à edição de legislação complementar. Considerando a relevância do tema para o setor segurador, a Seguradora vem acompanhando a evolução da legislação e da regulamentação aplicável. No exercício de 2025, a Reforma Tributária não produziu efeitos que demandassem reconhecimento ou mensuração contábil. Considerando que as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2025 serão aprovadas após o início da reforma gradual da Reforma Tributária, a Seguradora avalia que, a partir de 2026, poderão ser requeridas adequações de natureza predominantemente operacional e sistêmica, incluindo mapeamentos e ajustes em sistemas de tecnologia da informação, cadastros e parametrizações fiscais e contábeis. Tais adequações decorrem, dentre outros fatores, da obrigatoriedade de observância dos novos layouts de documentos fiscais aplicáveis a partir de 2026, bem como da necessidade de adaptação prévia dos sistemas ao layout já publicado de determinadas obrigações acessórias, como o Documento Eletrônico de Registro de Eventos (DERE), de modo a assegurar a conformidade antes do início de sua obrigatoriedade. Esses eventos não configuram, na data-base de 31 de dezembro de 2025, fatos que demandem reconhecimento ou mensuração contábil.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais adotadas na preparação das demonstrações financeiras são demonstradas a seguir, tendo sido aplicadas de forma consistente a todos os períodos divulgados. Todas as informações relevantes inerentes às demonstrações financeiras foram devidamente evidenciadas e refletem aquelas utilizadas pela Administração na sua condução de seus processos de gestão. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento e aplicações financeiras com prazo de resgate de até noventa dias, que apresentam risco insignificante de alteração em seu valor justo e que não estejam vinculadas como garantia das provisões técnicas. Esses recursos são utilizados pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Ativos financeiros - Mensuração e classificação:** Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com o modelo de negócios da Seguradora e com as características contratuais dos seus fluxos de caixa, mediante avaliação de que os pagamentos previstos representam exclusivamente principal e juros - teste conhecido como *Solely Payment of Principal and Interest* (SPPI). Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, acrescido dos custos de transação, exceto nos casos em que são mensurados ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são registrados diretamente no resultado. Os principais instrumentos financeiros da Seguradora são títulos públicos e fundos de investimentos custodiados na BB Asset. Os ativos e passivos financeiros são classificados em uma das seguintes categorias: **i. Mensurados a Valor Justo por meio do Resultado (VJR):** São classificados nessa categoria os ativos financeiros que não se enquadram nos critérios para mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). As cotas de fundos de investimentos, por não atenderem ao teste SPPI, são classificados como instrumentos mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). **ii. Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** Após o reconhecimento inicial, esses ativos são mensurados ao valor justo e às variações - exceto aquelas relacionadas a perdas por redução ao valor recuperável - são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes e apresentadas no Patrimônio Líquido, líquidas dos efeitos tributários. Quando um investimento é baixado, o valor acumulado em Outros Resultados Abrangentes é reclassificado para o resultado. A receita de juros decorrente da taxa pactuada (taxa de curva ou de face) é reconhecida diretamente no resultado, enquanto os efeitos de marcação a mercado são registrados diretamente no patrimônio líquido. **iii. Mensurados ao Custo Amortizado:** Classificam-se nesta categoria os ativos financeiros mantidos: (a) com o objetivo de receber exclusivamente seus fluxos de caixa contratuais, e não para venda visando a realização de lucros ou prejuízos; e (b) cujos termos contratuais gerem origem, em datas específicas, fluxos de caixa que representem exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A receita de juros decorrente da taxa pactuada (taxa de curva ou de face) é reconhecida no resultado. **d) Determinação do Valor Justo:** Valor justo é definido como o preço que seria recebido pela venda de um ativo, ou pago pela transferência de um passivo, em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data da mensuração. Para instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço, o valor justo é determinado com base no preço de mercado cotado ou na cotação de balcão correspondente (preço de venda para posições compradas e preço de compra para posições vendidas), sem qualquer dedução de custos de transação. Quando não há preço de mercado disponível para determinado instrumento financeiro, o valor justo é estimado pelo custodiante por meio de técnicas de avaliação amplamente aceitas no mercado financeiro, considerando as características específicas do instrumento e refletindo adequadamente os diversos riscos a que está exposto. Entre os principais métodos de valoração, destacam-se: modelo de fluxo de caixa descontado; comparação com instrumentos financeiros similares negociados em mercados com preços observáveis; modelos de precificação de opções; modelos baseados em risco de crédito; e outras metodologias reconhecidas de avaliação. **e) Instrumentos financeiros derivativos:** A Seguradora mantém operações envolvendo

Política Corporativa de Distribuição de Lucros, evitando o acúmulo de fundos próprios ociosos, sem prejuízo da manutenção do nível de solvência de acordo com o parâmetro mínimo de solvência na Seguradora. Em 2025 a Seguradora distribuiu R\$ 101,7 milhões de lucros na forma de dividendos (R\$ 209,0 milhões em 2024). Desse montante, R\$ 92,9 milhões referem-se a dividendos relativos ao exercício de 2025, enquanto R\$ 8,8 milhões correspondem à distribuição de lucros de exercícios anteriores, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 23b. Os dividendos foram deliberados pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas mensalmente.

Outros assuntos

Em atendimento ao disposto no artigo 7º da Lei nº 15.177/2025, a Seguradora informa que todas as informações relacionadas à equidade de gênero estão disponíveis no Relatório Anual de Sustentabilidade divulgado no site da BBSEGURADOS (https://www.bbsegurados.com.br/sustentabilidade-governanca/sustentabilidade/), na seção Colaboradores, a qual detalha a política de remuneração, os programas vinculados aos temas Diversidade, Inclusão e Equidade, inclusive de gênero, bem como a participação quantitativa, por cargo e salário.

Agradecimentos

Mantendo o foco no relacionamento com o cliente em todas as etapas de sua jornada, a Administração da Aliança do Brasil agradece a todos que permitiram que esses avanços acontecessem, em especial aos acionistas, pela confiança na gestão e na estratégia de negócios; aos colaboradores, que são nosso maior orgulho e os principais responsáveis pelo crescimento da organização; à rede do Banco do Brasil, uma parceria fundamental para a distribuição de nosso portfólio e para o contato com segurados; aos clientes, nossa razão de existir; e às entidades ligadas às suas atividades, principalmente à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pela renovada crença depositada; a sociedade e à comunidade financeira. São Paulo, 05 de fevereiro de 2026.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2025	2024
Prêmios emitidos	24b	1.018.568	956.956
(-) Variações de provisões técnicas de prêmios		(121.179)	(117.486)
= Prêmios ganhos	24a	897.389	839.470
(-) Sinistros ocorridos	24c	(345.411)	(344.963)
(-) Custos de aquisição	24d	(279.232)	(255.926)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	24e	(10.486)	(14.459)
(+) Resultado com resseguro	24f	(1.582)	(63.779)
(+) Receita com resseguro		64.143	33.854
(-) Despesa com resseguro		(65.725)	(63.433)
(-) Despesas administrativas	24g	(70.261)	(60.398)
(-) Despesas com tributos	24h	(35.706)	(33.626)
(+) Resultado financeiro	24i	73.931	58.770
(+) Resultado patrimonial		-	2
= Resultado operacional		228.642	159.091
(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(583)	(65)
= Resultado antes dos impostos e participações		228.059	159.026
(-) Imposto de renda	25a	(15.635)	(37.720)
(-) Contribuição social	25a	(34.374)	(23.920)
(-) Participações sobre o resultado		(1.255)	(1.422)
(+) Lucro líquido do exercício		140.795	95.964
(i) Quantidade de ações		18.361	18.361
(ii) Lucro líquido por ação		7.668,16	5.226,51

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

elaboração de matriz de riscos, avaliação de resultados e reportes aos órgãos de governança. **Risco cibernético:** O risco cibernético é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes do comprometimento da confidencialidade, integridade ou disponibilidade de dados ou informações corporativas, de clientes ou colaboradores em suporte digital, em decorrência da sua manipulação indevida ou de danos a equipamentos ou sistemas utilizados para seu armazenamento, processamento ou transmissão. **Gerenciamento do risco cibernético:** A Seguradora possui Políticas Corporativas de Tecnologia e de Segurança da Informação e Cibernética, que estabelecem as diretrizes relacionadas à utilização de recursos tecnológicos e à gestão da segurança da informação. Os princípios de confidencialidade, integridade e disponibilidade são preservados e garantidos durante todo o ciclo de vida da informação. A Seguradora possui mecanismos de identificação e correção de vulnerabilidades, ameaças e riscos relacionados ao uso indevido, fraudes, perdas e erros, quando do tratamento ou uso das informações. Periodicamente são testados os mecanismos de proteção relacionados aos ativos de informação, de forma compatível com os critérios de confidencialidade, importância, risco e impacto nos negócios. Áreas e equipes especializadas são responsáveis pelo gerenciamento das ferramentas de segurança bem como pela adoção de melhores práticas e pelo monitoramento dos ambientes e tratamento de acessos às aplicações, observando os requerimentos da Circular SUSEP nº 638/2021. Também são executadas as ações e investimentos para o correto tratamento de dados pessoais em aderência à Lei Geral de Proteção de Dados. **Risco de estratégia:** O risco de estratégia é a possibilidade de desvio no resultado esperado, por conta de mudanças no ambiente de negócios, alterações macroeconômicas, movimentos externos ou posicionamentos internos, que afetem de forma significativa a estratégia definida e o desempenho da Seguradora. **Gerenciamento do risco de estratégia:** A Seguradora realiza ciclos de planejamento estratégico com revisão anual, ou sempre que identificadas mudanças e movimentações que possam impactar de forma relevante o ambiente em que a Seguradora está inserida. Além disso, monitora periodicamente indicadores e metas para adoção de medidas corretivas, bem como para identificação e aproveitamento de oportunidades no ambiente de negócios. O planejamento estratégico é estruturado a partir da definição da ambição, dos direcionamentos estratégicos e dos objetivos associados, bem como os indicadores de mensuração de resultados, assegurando clareza de foco e alinhamento com as prioridades do ciclo. O processo de construção ocorre de forma estruturada e participativa, iniciando-se em uma primeira camada com a alta Administração e, posteriormente, envolvendo os Superintendentes, de modo a garantir alinhamento entre as áreas e conexão das decisões com a estratégia empresarial e os objetivos dos acionistas. Para este ciclo de planejamento, foram realizadas análises abrangentes do ambiente interno e externo, incluindo a aplicação das metodologias SWOT e PESTEL, além da identificação e avaliação dos principais riscos estratégicos, definição de metas e priorização de iniciativas. O andamento da estratégia e o desempenho dos indicadores são monitorados periodicamente ao longo do exercício, possibilitando a adoção de medidas corretivas e o aproveitamento de oportunidades, sendo os resultados reportados aos fóruns e órgãos de governança da Seguradora. A Seguradora adota metodologias reconhecidas e melhores práticas de mercado para a gestão da estratégia, com acompanhamento contínuo do ambiente de negócios, dos resultados e da aderência ao direcionamento estratégico definido. **Risco de integridade e conformidade:** O risco legal e de compliance é associado ao nível de adequação da Seguradora aos requisitos regulatórios internos e externos, incluindo perdas com multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de controle ou de recursos judiciais ou administrativos. **Gerenciamento do risco de integridade e conformidade:** São adotados mecanismos de monitoramento do atendimento às exigências regulatórias, regras ou políticas internas. A Seguradora possui equipe especializada nos assuntos de conformidade, que geram análises e indicadores de aderência assim como movimentos para adaptações que forem necessárias ao atendimento às novas regulamentações. **Risco de reputação:** Risco de reputação é o risco decorrente de percepção negativa ou imagem distorcida sobre a Seguradora, por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores, supervisores, órgãos governamentais ou a sociedade. **Gerenciamento do risco de reputação:** A Seguradora monitora os principais promotores e detratadores de imagem por meio de indicadores de reclamações e de satisfação dos clientes, por jornada, e possui estratégia de comunicação com os públicos de interesse, utilizando mídias sociais e outros canais. Além disso, analisa as ocorrências relativas à sua reputação, séculos e direções, sob os aspectos de gestão de riscos, adotando práticas e controles voltados à identificação, avaliação, monitoramento e mitigação de impactos ASG relevantes para o negócio. No âmbito ambiental, utiliza os princípios e mecanismos do Sistema de Gestão Ambiental certificado pela ISO 14001, aplicáveis às suas operações e processos internos. Adicionalmente, mantém procedimentos específicos para a avaliação, homologação e monitoramento de fornecedores críticos, considerando critérios socioambientais e de governança. As questões ASG são analisadas de forma contínua, considerando tendências regulatórias, de mercado e melhores práticas nacionais e internacionais, bem como seus potenciais impactos positivos e negativos para o negócio e para a sociedade. A Seguradora promove a integração dos temas ASG às decisões de negócios e aos processos internos, com foco na gestão responsável de riscos, no fortalecimento da governança e na disseminação da conscientização em todos os níveis organizacionais. O Relatório de Sustentabilidade é divulgado publicamente e apresenta informações sobre a estratégia, práticas e desempenho da Seguradora nesses temas. **Risco gestão de terceiros:** Risco gestão de terceiros é o risco decorrente da contratação de terceiros ou prestadores de serviços irregulares ou que apresentem algum risco legal, dependência, qualidade dos serviços prestados ou de sustentabilidade para a Seguradora. **Gerenciamento do risco gestão de terceiros:** A Seguradora tem o compromisso de manter uma base de dados atualizada e íntegra com registros de contratos vigentes de terceiros, de modo que os terceiros atendam aos requisitos de treinamentos obrigatórios e aplicação do Código de Ética, bem como das leis vigentes para mitigar riscos trabalhistas, financeiros e de vazamento de dados. A Seguradora adota mecanismos de avaliação de risco cibernético envolvendo terceiros, mitigando os riscos de violação e vazamento de dados de clientes causados por cyber ataques. Também, estabelece a necessidade de certificações ambientais, como CTF/APP e ISO 14.001, quando aplicável.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa e bancos	285	313
Equivalentes de caixa	1.502	8.483
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.787	8.796

6. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo e por nível hierárquico

Títulos	Vencimento				Ativos			Total	
	Hierarquia de valor justo	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Sem vencimento	Valor contábil de curva	Valor justo	Valor ajustado	2025	2024
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(G)	(D)	(G)
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado									
Fundos de investimentos (**)	31.463	500.648	9.286		541.397	541.072	541.397	325	541.397
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1	2.415	489.708		492.123	491.708	492.123	415	492.123
Letras do tesouro nacional (LTN)	1								0%
Operações compromissadas (*)	2	17.582			17.582	17.582	17.582		17.582
Cotas de fundos de investimentos	2			9.286	9.286	9.286	9.286		9.286
Debêntures	2		4.488		4.488	4.632	4.488	(144)	4.488
Letras financeiras (LF)	2	11.050	6.452		17.502	17.448	17.502	54	17.502
Depósito a prazo com garantia especial (DPGE)	2	477			477	477	477		477
Caixa/contas a pagar/contas a receber	1	(61)			(61)	(61)	(61)		(61)
Outros	1								0%
Ativos designados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes									0%
Carteiras administradas									0%
Notas do tesouro nacional - série B (NTN-B)	1								0%
Total	31.463	500.648	9.286		541.397	541.072	541.397	325	541.397

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

(**) Os fundos exclusivos foram abertos para este quadro.

b) Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros a Seguradora usa dados observáveis de mercado. Os valores justos são classificados em dois níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. • Nível 2: Inputs, que são observáveis no mercado, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **c) Determinação do valor justo:** O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) ou por meio da utilização de metodologia de precificação definida pela BB Gestão de Recursos DTVM S.A. (BB ASSET). As debêntures tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Para os demais títulos de renda fixa (Depósito a prazo com garantia especial - DPGE e Letras financeiras - LF), sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia de precificação definida pela BB Gestão de Recursos DTVM S.A. (BB ASSET). Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão para cálculos constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

d) Taxa de juros contratada

	2025		2024	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
LTN	-	-	10,16%	10,16%
NTN-B	-	-	IPCA + 6,10%	IPCA + 6,10%
LFT	100% SELIC	100% SELIC	100% SELIC	100% SELIC
Debêntures	119,28 do CDI	104,78 do CDI	123,08% do CDI	105,72% do CDI
LF	108,87 do CDI	105,40 do CDI	112,46% do CDI	106,46% do CDI
DPGE	106,86% do CDI	106,86% do CDI	112,65% do CDI	108,22% do CDI
Operações compromissadas	100% do CDI	100% do CDI	100% do CDI	100% do CDI

e) Movimentação das aplicações financeiras

	2024	Aplicações	Resgates	Ajuste valor justo	Rendimentos	2025
VJR	461.250	527.566	(514.536)	(41)	67.117	541.397
VJORA	8.883	-	(9.280)	(41)	438	-
Total	470.133	527.566	(523.816)	(41)	67.555	541.397
	2023	Aplicações	Resgates	Ajuste valor justo	Rendimentos	2024
VJR	470.658	692.276	(755.515)	-	53.831	461.250
VJORA	51.065	-	(46.186)	(99)	4.103	8.883
Total	521.723	692.276	(801.701)	(99)	57.934	470.133

f) ECL - Perdas de crédito esperadas: O cálculo é realizado para os ativos financeiros classificados nas categorias contábeis valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e contempla as perdas de créditos esperadas - ECL, para o exercício de 2025 não existiam ativos em carteira administrada, sendo assim, não há perda de créditos esperadas para o período.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31 de dezembro de 2025, a Seguradora não possuía contratos futuros de DI.

8. PRÊMIOS A RECEBER

a) Prêmios por segmento

Ramos agrupados	2025			2024		
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido
Comprensivo residencial	219.511	(877)	218.634	189.864	(2.520)	187.344
Riscos diversos	193.004	(269)	192.735	166.556	(3.096)	163.460
Comprensivo empresarial	165.892	(1.310)	164.582	138.839	(2.650)	136.189
Demais ramos	32.818	(635)	32.183	28.367	(1.500)	26.867
Total	611.225	(3.091)	608.134	523.626	(9.766)	513.860

(*) Redução do valor recuperável calculada conforme nota explicativa 3v.ii.

b) Movimentação de prêmios a receber

	2025	2024
Saldo inicial	513.860	527.473
(+) Prêmios emitidos	1.328.687	1.259.848
(+) IOF	68.342	70.344
(+) Adicional de fracionamento	849	6.286
(-) Prêmios cancelados	(296.423)	(293.570)
(+) Reclassificação de Prêmio de cosseguro aceito vencido	(53)	53
(-) Recebimentos	(1.013.803)	(1.057.322)
Redução ao valor recuperável	6.675	748
Saldo final	608.134	513.860

c) Composição por prazo de vencimento

	2025	2024
A vencer até 30 dias	101.651	78.758
A vencer de 31 a 60 dias	59.305	53.378
A vencer de 61 a 120 dias	98.331	82.833
A vencer de 121 a 180 dias	78.162	64.448
A vencer de 181 a 365 dias	131.705	110.638
A vencer acima de 365 dias	124.954	110.187
Total a vencer	594.108	500.242
Vencidos até 30 dias	8.382	9.219
Vencidos de 31 a 60 dias	2.395	3.081
Vencidos de 61 a 120 dias	1.009	941
Vencidos de 121 a 180 dias	1.795	264
Vencidos de 181 a 365 dias	313	67
Vencidos acima de 365 dias	132	46
Total	14.026	13.618
Total	608.134	513.860

9. OPERAÇÕES COM RESSEGUADORAS E ATIVOS DE RESSEGURO

	2025	2024
Sinistros a recuperar com resseguradores	12.455	11.665
(-) Redução ao valor recuperável - sinistros a recuperar	(17)	(195)
Total	12.438	11.470
Provisão de sinistros a liquidar - PSU/IBNeR	44.015	39.411
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	24.516	28.949
Sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	21.024	23.307
Risco vigente não emitido - RVNE	3.736	1.385
Provisão de despesas relacionadas - PDR	2.210	1.195
Total	95.501	94.277

b) Passivo

	2025	2024
Prêmios cedidos	35.079	29.940
Comissão a recuperar	(7.388)	(6.432)
Outros	2.487	4.432
Total	30.178	27.940

c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos

Grupo de ramos	2025			2024		
	Prêmio emitido líquido (*)	Resseguro cedido (**)	% Retenção	Prêmio emitido líquido (*)	Resseguro cedido (**)	% Retenção
Patrimonial	894.972	8.878	99%	789.012	13.928	98%
Riscos financeiros	-	-	-	136.989	-	100%
Rural	91.029	53.381	41%	84.679	54.189	36%
Demais	24.887	62.259	94%	18.253	10.293	100%
Total	1.010.485	62.259	94%	1.028.933	68.117	93%

(*) Não inclui RVNE no valor de R\$ 8.083 (R\$ 71.977) em 31 de dezembro de 2024.

(**) Não inclui RVNE no valor de R\$ 2.427 (R\$ 3.302) em 31 de dezembro de 2024.

(***) Não inclui outros resultados com operações de resseguro no valor de R\$ (1.045) (R\$ 360) em 31 de dezembro de 2024.

10. IMOBILIZADO

	Taxa anual depreciação	2024	Adições	Baixa	Depreciação	2025
Equipamentos	10% a 20%	256	18	(25)	(128)	121
Outras imobilizações	5,26%	321	-	-	(20)	301
Total		577	18	(25)	(148)	422
	Taxa anual depreciação	2023	Adições	Baixa	Depreciação	2024
Equipamentos	10% a 20%	384	-	-	(128)	256
Outras imobilizações	5,26%	341	-	-	(20)	321
Total		725	-	-	(148)	577

11. INTANGÍVEL

	Taxa anual amortização	2024	Adições	Baixa	Reclassificação	Amortização	2025
Desenvolvimento de softwares empresarial (*)	-	1.170	4.759	-	(1.779)	-	4.150
Software empresarial	10%, 14% e 20%	11.773	-	(558)	1.779	(2.770)	10.224
Total		12.943	4.759	(558)	-	(2.770)	14.374
	Taxa anual amortização	2023	Adições	Baixa	Reclassificação	Amortização	2024
Desenvolvimento de softwares empresarial (*)	-	9.982	2.601	(1.620)	(9.793)	-	1.170
Software empresarial	14% e 20%	4.351	-	(65)	9.793	(2.306)	11.773
Total		14.333	2.601	(1.685)	-	(2.306)	12.943

(*) Desenvolvimentos de sistemas não são amortizados. A amortização ocorre a partir da conclusão do sistema na conta de softwares empresarial.

12. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	2025	2024
Fornecedores	15.786	10.407
Compartilhamento de despesas	3.838	3.282
Honorários e remunerações	413	1.195
Participação nos lucros	851	943
Total	20.881	15.927

13. IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

É composto, basicamente, por imposto sobre operações financeiras (IOF) de R\$ 41.758 (R\$ 36.219 em 31 de dezembro de 2024).

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2025	2024
Imposto de renda	51.816	36.473
Antecipação de imposto de renda (*)	(33.386)	(22.510)
Contribuição social	34.483	23.172
Antecipação de contribuição social (*)	(15.093)	(10.744)
COFINS</		

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	2025			2024		
	Empresas ligadas (1)	Administra-dores (2)	Outras partes relacionadas (3)	Empresas ligadas (1)	Administra-dores (2)	Outras partes relacionadas (3)
Resultado						
Prêmios diretos	6.601	-	1	6.602	6.477	-
Prêmio coseguo cedido	(3.263)	-	-	(3.263)	(3.220)	-
Prêmios de resseguro cedido	(11.426)	-	-	(11.426)	(15.917)	-
Sinistros ocorridos	(5.532)	-	-	(5.532)	(8.934)	-
Recuperação de sinistros ocorridos	11.784	-	-	11.784	9.365	-
Custo de aquisição	(274.244)	-	-	(274.244)	(259.054)	-
Outras receitas e despesas operacionais - outros	(2.097)	-	-	(2.097)	(8.732)	-
Despesas administrativas - compartilhamento	(22.494)	-	-	(22.494)	(19.181)	-
Despesas administrativas - pessoal	(81)	(4.720)	-	(4.801)	(96)	(3.702)
Despesas financeiras - taxa de administração	(6)	-	-	(6)	(914)	-
Resultado financeiro	(82)	-	-	(82)	(1.605)	-
Total do resultado	(300.840)	(4.720)	1	(305.559)	(301.811)	(3.702)

(1) Referem-se, principalmente, a acionista BB MAPFRE Participações S.A. e demais empresas ligadas ao Banco do Brasil e MAPFRE, sendo: BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A., Banco do Brasil S.A., BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BB Asset, MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A., MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros, MAPFRE Assistência Ltda., Brasilprev Seguros e Previdência S.A., Livo S.A., Brasilseg Companhia de Seguros e MAPFRE Seguros Gerais S.A. (2) Diretoria Executiva; e (3) Referem-se a membros próximos da família ligados aos Administradores. As operações referem-se à contratação de seguros.

b) Compartilhamento de despesas: As despesas administrativas das empresas operacionais do Grupo Brasilseg são compartilhadas entre as mesmas e rateadas através de modelo interno de alocação e rateio de custos. O rateio contempla os gastos de gestão interna (despesas administrativas em geral), gastos de comercialização (despesas comerciais da rede e canais) e comunicação institucional (despesas de propaganda e marketing).

27. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Seguradora proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições do período totalizaram R\$ 81 (R\$ 96 em 31 de dezembro de 2024).

28. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria está instituído na acionista BB MAPFRE Participações S.A., nos termos da Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações subsequentes, tendo alcance sobre a Seguradora. **b) Honorários de auditores independentes:** Os honorários dos auditores independentes são divulgados nas demonstrações financeiras anuais consolidadas da MAPFRE S.A. (ES).

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da **Aliança do Brasil Seguros S.A.**
São Paulo - SP
CNPJ: 01.378.407/0001-10
Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Aliança do Brasil Seguros S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2025, elaborados sob a responsabilidade da Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.
Responsabilidade da Administração
A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos atuários auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.
Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Aliança do Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para a puração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2026.

EY Shape the future
with confidence

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11

Anderson Gomes Ferreira da Silva
Atuário - MBA 2.043

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da **Aliança do Brasil Seguros S.A.**
São Paulo - SP
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Aliança do Brasil Seguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aliança do Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará os eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para a execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria para obter evidências de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidade de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado por os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2026.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria para obter evidências de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidade de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado por os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2026.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria para obter evidências de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidade de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado por os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2026.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria para obter evidências de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidade de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado por os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2026.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria para obter evidências de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidade de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado por os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2026.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria para obter evidências de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidade de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado por os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2026.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria para obter evidências de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidade de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado por os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2026.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria para obter evidências de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidade de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado por os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2026.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria para obter evidências de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidade de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado por os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2026.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria para obter evidências de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidade de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado por os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2026.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria para obter evidências de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidade de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado por os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2026.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração